

Educação

Geral

EDUCAÇÃO

ESCOLAS COM MENSALIDADE LIBERADA?

Proposta do MEC: não interferir nos reajustes das mensalidades. O Ministério da Fazenda dá uma resposta em 10 dias.

O Ministério da Educação quer acabar com todas as formas de limitação dos preços das mensalidades escolares, dando total liberdade às instituições particulares de ensino de reajustar seus preços nos níveis que bem entenderem. Essa postura foi levada ontem à noite pelo secretário-geral do MEC, Luís Bandeira, ao chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda, Cláudio Adilson Gonzales. De acordo com Bandeira, o Ministério da Fazenda dará uma resposta sobre a liberação ou não das mensalidades dentro de dez dias.

Atualmente, as escolas têm o limite da inflação no semestre para reajustar suas mensalidades. No entender do MEC, esse limite deve acabar. "Se a inflação no período for de 200%, não há problema se a escola reajustar suas mensalidades em mil por cento, desde que demonstre ter investido esse percentual na melhoria da qualidade do ensino", disse Bandeira. Dessa forma, o governo abriria mão do controle das mensalidades, hoje administradas pelos conselhos estaduais de educação. Mas, segundo o ministro da Educação, Hugo Napoleão, seria criada uma central de reclamações "para fazer um acompanhamento de possíveis problemas, evitando que sejam praticados aumentos abusivos". Essa central de reclamações funcionaria nas delegacias estaduais do MEC. As queixas seriam registradas e repassadas para os conselhos estaduais, que tomariam as providências necessárias.

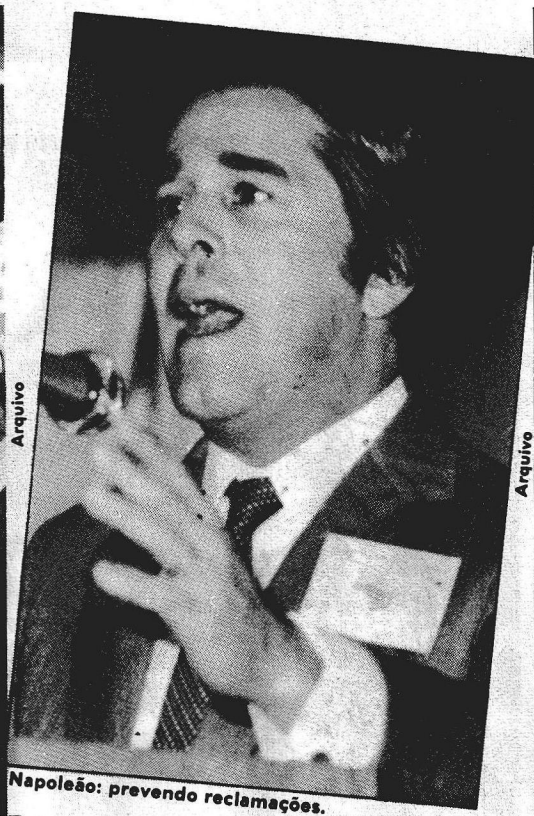
O secretário-geral admite que a liberação pode trazer muitas reclamações, e que essa estrutura informal nas delegacias de ensino poderá não ser capaz de absorvê-las totalmente. "É por isso que vamos nos reunir com a Fazenda para discutir o nível das repercussões", explicou Bandeira. Para o secretário, porém, o que não pode mais haver é o tabelamento, que "criou uma cisão entre aluno e escola. Os alunos denunciavam as suas próprias escolas, e os professores conseguiam nos tribunais aumentos de salários superiores aos estipulados. Isso tudo gerou um desequilíbrio entre os custos e os lucros".

Evasão

A liberação das mensalidades poderá provocar uma evasão de alunos das escolas particulares, para as instituições públicas. As escolas gratuitas já têm hoje um déficit de oferta com relação à demanda de 4,5 milhões de alunos. O secretário-geral do MEC ad-



Os filhos da classe média: passando para o ensino público?



Napoleão: prevendo reclamações.

TRABALHO

Aeronautas: greve adiada.

Os aeronautas decidiram adiar a greve que aconteceria a partir da zero hora de hoje, paralisando por 72 horas o transporte aéreo no País, para 11 de fevereiro, dia em que asseguram que vão parar, caso as reivindicações da categoria não sejam atendidas.

Conforme o diretor do Sindicato Nacional dos Aeronautas de São Paulo, João Francisco Gentina, "a suspensão da greve só foi possível porque um comunicado das empresas aeroviárias — entregue durante a assembleia de ontem — prometia um entendimento entre patrões e empregados, com o objetivo de negociação".

A greve, que estava prevista para hoje, tinha sido convocada por assembleias realizadas na quinta-feira passada. Ontem aconteceram assembleias da categoria em São Paulo e no Rio. Os aeronautas do Rio decidiram pelo adiamento ao saber da decisão de seus colegas, em São Paulo.

Com a suspensão da greve, João Francisco Gentina afirma que "o sindicato entrará em negociação com os patrões e toda a categoria ficará em estado de alerta, caso não se consiga chegar a algum entendimento".

O movimento dos aeronautas tem o objetivo de ver atendidas três reivindicações: o cumprimento de cláusulas sociais da sentença do TST; a reintegração de funcionários demitidos pela Transbrasil, depois da sentença do TST que previa estabilidade de 90 dias (segundo o diretor do sindicato, a Transbrasil mandou comunicado afirmando que a decisão de readmitir os aeronautas estava nas mãos do presidente da empresa — em viagem ao Exterior — e que os que se encontravam fora de escala já foram convocados para os próximos vôos); e aumento de 100% sobre o salário de novembro, mais 3,73% ao mês a partir de dezembro, além do reajuste da Unidade de Referência de Preços (URP).

Para Gentina, as reivindicações da categoria inscrevem-se no que o TST sentenciou como "as cláusulas sociais". Elas são: pagamento em dobro por trabalho noturno e aos domingos; pagamento quádruplo por trabalho aos domingos à noite; pagamento da hora que o aeronauta permanece em reserva no aeroporto ou de sobreaviso em casa e pagamento de diárias. "Tudo isto — afirma o diretor do sindicato — garantido pelo TST."

Participaram da assembleia de ontem no Rio cerca de 300 pessoas. A reunião estava marcada inicialmente para o prédio em frente à administração do Aeroporto Internacional. Os aeronautas, no entanto, não tiveram autorização dos administradores para fazer a reunião ali, e acabaram transferindo o encontro para um terreno gramado num dos acessos ao aeroporto. De hoje até o dia 11 eles prometem fazer operação-padrão, retardando os vôos.

mite que o ensino público poderá não absorver esse aumento de demanda, mas considera que o déficit é maior no Interior do que nas grandes cidades. "Nos grandes centros não faltarão vagas para a classe média", acredita Bandeira. "E eu considero que a classe média deve ser estimulada a voltar às escolas públicas gratuitas no primeiro e segundo graus".

Para o vice-presidente da Federação Nacional de Estabelecimentos de Ensino (Fenen), Bazzilli Anastassakis, a proposta do MEC já está contemplada em lei. Na última sexta-feira, a Fenen enviou às escolas particulares uma carta orientando-as sobre como proceder com relação aos reajustes. Nessa carta, colocava que os reajustes podem ser automáticos, respeitando os limites da inflação, ou desde que as escolas demonstrem que tiveram custos que ultrapassaram o IPC acumulado no semestre. Somente reajustes além desses limites precisariam do aval dos conselhos estaduais de educação. E é exatamente isso que o MEC propõe. "Inverter a pirâmide"

"Temos de inverter a pirâmide da educação brasileira. Ela está assentada no seu vértice, e não na sua base". Apoiado em cálculos de especialistas, segundo os quais 80% das pessoas que frequentam cursos universitários noturnos — portanto, pagos — ganham de um a quatro salários mínimos, enquanto a maioria dos estudantes de instituições públicas teria condição de arcar com o pagamento de mensalidades, o ministro da Educação, Hugo Napoleão, sugeriu que a comunidade acadêmica, os técnicos do MEC e a sociedade em geral discutam o tema. Ele ressaltou que algo de novo deve ser imediatamente proposto, partindo de um debate amplo, para reverter a situação caótica da educação no País.

Napoleão defende a teoria de que o ensino público não deve significar, necessariamente, gratuidade. A disparidade verificada entre os frequentadores de entidades privadas e os de estabelecimentos federais e estaduais, aponta para esse raciocínio. "A União está pagando para quem pode e cobrando de quem não pode. É injusto que eu, na condição de ministro de Estado e de pessoa de renda alta, tenha um filho na universidade pública, sem pagar nada". O ministro esclareceu que o Estado, apesar de tudo, está incentivando e financiando essa injustiça.